

Livro nº. 2

Folha 143



MUNICÍPIO DE TERRAS DE BOURO

QUADRIÉNIO 2017/2021

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE 25 DE SETEMBRO DE 2020**

Ata da sessão da Assembleia Municipal de 25 de setembro de 2020

----- Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, no Auditório Prof Dr. Emídio Ribeiro, sito na Vila do Gerês, realizou-se a quarta sessão ordinária do ano de dois mil e vinte da Assembleia Municipal de Terras de Bouro, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1. **Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto - Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de Setembro;**-----
2. **Análise e votação da terceira Revisão aos Documentos Previsionais para o ano de dois mil e vinte;**-----
3. **Manutenção na esfera do município, das competências referidas no número um, do artigo segundo, do Decreto-lei cinquenta e sete de dois mil e dezanove;**-----
4. **Voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Maria Pereira Silva;**-----
5. **Voto de pesar pelo falecimento do Senhor António de Brito Martins;**-----
6. **Voto de pesar pelo falecimento do Senhor Doutor Agostinho Dias de Moura.**-----

----- Assumiu a Presidência desta reunião o Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Augusto Braga, tendo o senhor José Carlos da Rocha Dias, assumido o lugar de primeiro secretário e o senhor Nuno Roupar o lugar de segundo secretário.-----

----- Esteve presente nesta reunião a representar a Câmara Municipal, o senhor Presidente do Executivo Municipal, Manuel Tibo. Estiveram também presentes os membros constantes do livro de presenças em uso nesta Assembleia, num total de vinte e nove, tendo-se verificado as seguintes faltas justificadas: da senhora deputada municipal Maria Alice de Sá e Sousa substituída, nos termos da Lei, pelo senhor deputado Ricardo Gonçalves e do senhor deputado municipal Manuel Sousa, substituído nos termos da Lei, pela senhora deputada Adélia Maria Soares Leite. O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valdosende comunicou também a sua ausência, sendo substituído, nos termos da Lei, pelo senhor Bernardino Silva, secretário desta junta de freguesia.-----

----- Comprovada a existência de "Quórum", o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão e deu a palavra ao Primeiro Secretário para prestar informações sobre a correspondência recebida por esta Assembleia, começando por referir também as faltas justificadas dos senhores deputados suprarreferidos e colocado a mesma documentação à disposição para eventual consulta. -----

----- De seguida, procedeu-se à análise da ata da sessão anterior, cuja leitura foi dispensada por unanimidade e que, não merecendo qualquer intervenção, foi imediatamente aprovada por unanimidade.-----

----- Iniciado o período de antes da Ordem do Dia, inscreveram-se para usar da palavra os seguintes deputados municipais: Ricardo Gonçalves, Eduarda Pereira, Alexandre Pereira, Isménia Loureiro e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga.-----

----- Assim sendo, iniciou a sua intervenção o senhor deputado Ricardo Gonçalves que, depois dos cumprimentos iniciais, aludiu à importância da eleição do Presidente da Comissão de Coordenação Regional do Norte, CCDRN, que decorrerá a treze de outubro e de como a candidatura do Engenheiro António Cunha, ex-Reitor da Universidade do Minho, ao aceitar este desafio, representa um passo muito importante, situação que teve o aval do Presidente da República. Esta situação é um preâmbulo da regionalização, afirmou o senhor deputado, que explicou também o processo de escolha dos candidatos, situação que só registou modificação no Alentejo onde há dois candidatos à CCDR local, dizendo também que o processo foi combinado entre o PS e o PSD. Mais afirmou que o Engenheiro António Cunha é um excelente candidato, assim como os candidatos a vice-presidentes da sua lista. Continuando a sua intervenção, questionou quais os projectos de Terras de Bouro para os fundos comunitários, pois a chegada de mais de quinze mil milhões de euros da união europeia, que vai ajudar muito a combater esta crise, têm mesmo que se aproveitar, sublinhou. Não esqueçamos, continuou, que há fundos da união europeia desde mil novecentos e oitenta e seis e alguns nem chegaram a ser distribuídos pela região. Terras de Bouro não aproveitou até aqui, mas agora não pode falhar, fazendo obras para o futuro. Mais afirmou o senhor deputado que um estadista é o que pensa nas próximas gerações e não o que pensa nas próximas eleições. Devíamos ter planos para um futuro com estruturas, pois Terras de Bouro não pode perder esta oportunidade de encarar esta nova realidade para superar esta crise imensa, sublinhou e concluiu o senhor deputado Ricardo Gonçalves.-----

----- Logo depois, iniciou a sua intervenção a senhora deputada Eduarda Pereira, segundo intervenção que se transcreve na íntegra:-----

----- *Boa Noite,*-----

Cumprimento o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes Membros da Mesa da Assembleia, cumprimento o Sr. Presidente do Município de Terras de Bouro, os Srs. Vereadores, os Srs. Membros de Assembleia Municipal, cumprimento também o Público e Membros de Comunicação Social presentes.-----

Nesta sessão da Assembleia Municipal de Terras de Bouro gostaria de colocar as seguintes questões ao Sr. Presidente do Município de Terras de Bouro:-----

1. OBRA AO FUNDO DA AVENIDA 20 DE JUNHO NA VILA DO GERÊS-----

Relativamente à polémica obra ao fundo da avenida 20 de Junho na Vila do Gerês, em primeiro lugar solicitamos informação sobre ponto de situação de todo este processo, uma vez que, como já referimos anteriormente, a inalterabilidade da obra faz transparecer para a opinião

pública uma certa inação por parte dos serviços municipais, gerando até desconfiança na população.-----

Em segundo lugar, gostaríamos de saber qual o ponto de situação da queixa do Município junto do Ministério Público acerca desta obra, queixa sobre a qual nos informou em sessão anterior desta Assembleia Municipal.-----

Por último, solicitamos que nos informe sobre uma queixa apresentada ao Município de Terras de Bouro pelo Sr. João Filipe Ribeiro Vieira que solicitará a declaração de nulidade do ato final de licenciamento desta obra devido à caducidade do primitivo projeto de arquitetura aprovado em 2014, pois teriam terminado os prazos (que seriam de 6 meses+6 meses após o despacho do Presidente da Câmara Municipal de 13/06/2014) que os promotores tinham para apresentar os restantes documentos do projeto, nomeadamente os projetos de especialidades. O que parece estar aqui em causa é a caducidade do primitivo projeto de arquitetura o que porá em causa toda a posterior evolução do processo, ou seja, põe em causa o posterior licenciamento e a emissão do alvará de construção. Se tal se verificar esta obra estaria irregular e como a obra já existe só poderia ser regularizada através de um processo de legalização.-----

2.INÍCIO DO ANO ESCOLAR-----

Após meses de encerramento das escolas devido à pandemia COVID-19, este será certamente a abertura do ano escolar mais desafiante dos últimos anos. Neste ponto gostaríamos de ser informados sobre como está a decorrer o início do ano escolar? Se existe algum plano de contingência municipal nesta área em coordenação com as escolas do concelho e se sim, quais as suas principais medidas e orientações? E também quais as novas normas no âmbito de funcionamento escolar para prevenção de eventuais surtos? -----

3.GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS NA ATUAL SITUAÇÃO DE PANDEMIA-----

O Município de Terras de Bouro fornece serviços essenciais à população tais como o abastecimento de água, o saneamento, a recolha de resíduos sólidos urbanos ou até a ação ao nível da proteção civil que é essencial na prevenção e combate a incêndios, nas intempéries, tempestades e outras situações de calamidades como a que estamos a viver. -----

A minha questão é: como está a ser feita a gestão ao nível dos recursos humanos do município de forma a que o fornecimento destes serviços essenciais à população não seja posto em causa, assim como não seja posta em causa a segurança dos trabalhadores municipais? Saber se, por exemplo, está a haver o recurso a trabalho em espelho, se estão a haver desfasamento de horários e de pausas, se foram constituídas equipas e se está a haver separação entre essas equipas? Se houver um caso positivo nos trabalhadores municipais, qual a atuação que está prevista, quem fica de quarentena, quem faz testes e que outras medidas é que estão previstas para evitar a propagação do vírus e limpeza dos espaços? Gostávamos também de saber que medidas foram implantadas nos espaços municipais ao nível da higienização e prevenção, além das obrigatórias máscaras?-----

4. FUNCIONAMENTO DE CENTRO DE SAÚDE EM TERRAS DE BOURO E EXTENÇÃO DE RIO CALDO-----

Temos assistido a muitas críticas e queixas dos utentes sobre o mau funcionamento do Centro de Saúde de Terras de Bouro e extensão de Rio Caldo. A pandemia já dura há alguns uns meses, as pessoas têm outros problemas de saúde e têm já muita expectativa sobre a normal reposição dos serviços públicos de saúde. Gostava de saber se tem alguma informação para nos prestar nesta área, se o Município tem acompanhado esta questão e transmitido este descontentamento da população às entidades envolvidas? -----

5. PRAIA DO ALQUEIRÃO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SEGURANÇA PRIVADA-----

O Município de Terras de Bouro contratou este Verão uma empresa de segurança privada para vigiar praia do Alqueirão. A GNR acusou o Município de se tratar de uma prática ilegal. Solicitamos informação sobre o que esteve na base desta decisão e qual custo/benefício da mesma? Solicitamos também informação sobre se efetivamente se tratou de uma medida que revestia alguma ilegalidade e sim qual? Como chegou a ser noticiado o Município foi alvo de alguma contra-ordenação e conseqüente coima e sim, porquê e qual o montante?-----

----- Fim da transcrição e da intervenção da senhora deputada Eduarda Pereira.-----

----- Seguidamente usou da palavra o senhor deputado Alexandre Pereira, que depois dos cumprimentos iniciais, aludiu a uma questão de tomada de posse de terrenos por parte do parque nacional, depois destes mesmos terrenos estarem com pessoas que os trabalharam durante anos. Mais informou o senhor deputado que a CDU tem acompanhado o processo, pois estamos a falar de muita gente. Os próprios ministérios do ambiente e da agricultura foram contactados, mas o que foi, entretanto, comunicado é que as pessoas têm que sair desses terrenos e retirar o que lá têm. Este assunto já foi abordado em reuniões anteriores e o senhor deputado Alexandre Pereira gostaria de saber se a situação ainda se mantém, pois a CDU descobriu, entretanto, que os terrenos até pertencem à câmara municipal, por entrega destes pelos serviços florestais. Trata-se de uma área considerável, referiu o senhor deputado, na ordem dos milhares de hectares aqui nas imediações da vila do Gerês e a CDU só parou o processo porque a câmara municipal é que é detentora dos terrenos. Neste momento, o senhor deputado Alexandre Pereira gostaria de saber informações actualizadas desta situação, concluiu.-----

----- Posteriormente, iniciou o seu primeiro período de respostas o senhor Presidente da Câmara Municipal que, depois dos cumprimentos iniciais, se referiu, em primeiro lugar ao processo de eleição para a presidência da CCDRN e de como os dois maiores partidos políticos combinaram entre si a designação dos candidatos. No caso do Eng.º António Cunha, candidato único à presidência da CCDRN, este precisará sempre de tempo para se inteirar dos processos, ao contrário do atual presidente que reúne todas as condições, isto a um ano da realização de eleições autárquicas. Mudar de liderança neste organismo e nesta fase, não parece ser a melhor opção, sublinhou o Senhor Presidente, isto na sua humilde opinião, pois se já era complicado estar preparado para a aplicação das verbas comunitárias, agora será

muito mais, mas “irei respeitar o partido nesta denominação”, sublinhou o Senhor Presidente. Já relativamente aos projectos, continuamos o nosso trabalho, mas não nos podemos esquecer dos condicionalismos impostos pelo POAC, alertou o Senhor Presidente que informou também que a revisão deste programa está prometida e pela mesma iremos aguardar. Sobre esta matéria, disse também que há projectos aprovados com pareceres negativos, o que não se compreende. No entanto, continuaremos a procurar criar emprego e assim contribuir para a fixação da população, esses são também os nossos objectivos. Continuando, o Senhor Presidente referiu-se aos concelhos que integram a CIM do Cávado e de como há um enorme desfasamento entre os mesmos, logicamente, Braga e Terras de Bouro não são comparáveis e é fundamental resolver os problemas das pessoas no dia-a-dia, reiterou. Sobre as palavras da senhora deputada Eduarda Pereira, o Senhor Presidente respondeu que a situação do prédio à entrada da vila do Gerês se mantém, existindo uma licença para estabilizar e outra para depois demolir. Como já foi informado, o processo também está a decorrer no Ministério Público e encontra-se em segredo de justiça. O proprietário está a defender os seus interesses, já que a licença vem de dois mil e catorze e invoca-se a caducidade da mesma licença, tendo o município recorrido a um jurista de renome para avaliar este processo e se pronunciar sobre as questões técnicas em avaliação para posterior comunicação, dado que a eventual legalização da obra decorre de esclarecimentos anteriores. Prosseguindo, o Senhor Presidente referiu-se a seguir à temática da educação e à abertura do ano escolar que decorreu muito bem, deixando uma palavra de agradecimento à senhora Vereadora responsável, Dr.^a Ana Genoveva, pelo trabalho desenvolvido e mais informou que, nas atuais circunstâncias, o plano de contingência é assegurado pela escola, assegurando a câmara municipal as suas responsabilidades e o Ministério da Educação o que é do seu encargo. No que diz respeito aos recursos humanos municipais, o Senhor Presidente informou que o plano de contingência municipal está em vigor e há equipas a laborar “em espelho”, nomeadamente, no Vale do Cávado. Os serviços estão bem orientados e os trabalhadores, na generalidade, estão a cumprir. Ainda sobre este período que vivemos, o Senhor Presidente informou que há na data de hoje, treze casos ativos no concelho e de como se tem realizado encontros, nomeadamente, com os centros sociais para tentar prevenir eventuais necessidades. Relativamente ao Centro de Saúde de Rio Caldo, está a ser mais difícil retomar o funcionamento dentro da possível normalidade, já que não está aberto todos os dias e assim regularizar as consultas, sublinhando que os profissionais de saúde têm sido uns verdadeiros heróis pelas enormes dificuldades que enfrentam. Nesta área, o Presidente da Câmara Municipal informou também que, em articulação com o Agrupamento de Saúde Gerês Cabreira e a ARS Norte, o Município de Terras de Bouro pretende criar um Gabinete do Idoso, nesta que será uma valência muito importante num concelho com uma taxa de vinte e sete por cento de população nesta faixa etária. Trata-se de um processo bastante delicado e com regras

apertadas que está a ser ultimado para entrar em funcionamento logo que possível. Continuando a sua intervenção, mas agora sobre o tema "Turismo", o Senhor Presidente aludiu à situação da Praia do Alqueirão que é "tomada de assalto" pelos operadores turísticos e controlada pela Agência Portuguesa do Ambiente e de como esta será uma estrutura real quando a câmara municipal a assumir como tal, sendo lá permitido construir as condições mínimas de frequência, pois agora é utilizada pelos operadores turísticos na medida do possível. Este e outros espaços que temos em Terras de Bouro têm que ver criadas condições que sustentem a sua rentabilização, reiterou o Senhor Presidente que também disse sobre a situação da eventual multa aplicada em função da colocação de segurança privada na referida praia que esta situação não se vai confirmar. Aconteceu, realmente, uma denúncia política e nada mais, explicando o processo de notificação e identificação que esteve na origem deste caso. A segurança no espaço em questão, para além da empresa privada, foi efectuada em colaboração entre a protecção civil municipal, a GNR, (a quem tinha sido pedido um orçamento para a segurança, sendo o triplo do que se gastou com a segurança privada) e a Agência Portuguesa do Ambiente. Ainda no domínio da segurança, o Senhor Presidente mencionou o projeto "Gerês Seguro 2020", uma colaboração com a Associação Gerês Viver Turismo e que tão "bons frutos deu" na comunidade empresarial local com a campanha de sensibilização efectuada. O Presidente da Câmara Municipal informou também que reuniu com todos os operadores turísticos para debaterem a situação da albufeira da Caniçada, sendo que, a câmara municipal colocou sinalética por toda a zona da albufeira, pois a função do município é criar as condições para que os operadores desenvolvam a sua ação. No que diz respeito ao assunto colocado pelo senhor deputado Alexandre Pereira, o Senhor Presidente afirmou que vai analisar o tema e indagar as informações que existem na câmara municipal, além de um pedido de informação ao ICNF e às Finanças, concluiu nesta fase.-----

----- A intervenção posterior pertenceu ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga que depois de dirigir cumprimentos a todos os presentes agradeceu ao senhor Presidente da Câmara Municipal as intervenções na vila do Gerês, nomeadamente, a entrada da localidade que está mais bonita e com as obras no Banco do Ramalho a decorrer. De igual forma, questionou o ponto de situação do passeio pedonal na Assureira e terminou renovando o agradecimento pelas obras na freguesia de Vilar da Veiga.-----

----- Seguidamente interveio o senhor deputado Filipe Mota Pires. Após os cumprimentos iniciais dirigidos à Mesa e a todos os presentes nesta sessão, demonstrou o seu espanto pelas declarações do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga. Com efeito, as obras na vila do Gerês, nomeadamente, na Avenida 20 de junho, registam atrasos enormes, surrealistas mesmo, afirmando o senhor deputado que a empresa responsável trabalha um dia e volta só um mês depois, algo que é incompreensível, agravado ainda pelo facto de não existir durante o verão toda iluminação pública no local. O senhor deputado Filipe Pires questionou também o ponto de situação das obras e de como o empreiteiro havia de assumir um compromisso para terminar a intervenção, algo com que todos se questionam, menos o

Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga. No que diz respeito à obra para demolir à entrada da vila do Gerês, também não se percebe o andamento da mesma, pois é evidente a preocupação existente. Mais afirmou o senhor deputado que o Partido Socialista pede ao Presidente da Câmara Municipal que o Vereador da área responsável pelo Urbanismo venha a esta assembleia na próxima sessão para esclarecer este assunto, pois já é a quinta vez que o mesmo é abordado, só o Dr. Adelino Cunha pode esclarecer esta situação, sublinhou o senhor deputado Filipe Pires. Continuando a sua intervenção o senhor deputado aludiu depois à beneficiação da estrada entre Pereiró e a Ermida. Nesta assembleia já foi votado e aprovado o empréstimo da linha BEI para esta obra e ao fim de quase dois anos, não há nada sobre a mesma, qual é também o ponto de situação, perguntou o senhor deputado. Logo depois, referiu-se ao verão no Gerês e de como este período foi muito atribulado. Tivemos imensa gente no concelho, há notícias de que as coisas não correram bem na Marina de Rio Caldo, o período não foi pacífico e os funcionários queixam-se de que a dinâmica da estrutura não é a melhor, sendo que aconteceram também confusões entre os próprios colaboradores da Marina. O senhor deputado Filipe Pires terminou, neste período, questionando também se há medidas previstas para a Marina de Rio Caldo.-----

---- Assumiu então a palavra a senhora Deputada Isménia Loureiro segundo intervenção que, de seguida, se transcreve na íntegra:-----

---- *Boa noite a todos os presentes.*-----

---- *Cumprimento o Exmº Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Exmº Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Secretários da Mesa, os Senhores Vereadores, bem como os Membros do gabinete de apoio à Presidência, as senhoras e os senhores deputados, os Chefes de Divisão, a Comunicação Social e os Municípes presentes.*-----

---- *Começo a minha intervenção a referir que este ano, apesar de todas as circunstâncias peculiares que vivemos devidas à Pandemia da Covid-19, o concelho de Terras de Bouro teve grande afluência de visitantes e turistas, o que correspondeu mesmo a um aumento de 16% de turistas, comparativamente com o mesmo período do ano transato. Foi, assim, o 2.º concelho a nível nacional que mais cresceu de acordo com o que foi vinculado na comunicação social. Os agentes de desenvolvimento económico e os comerciantes tiveram também um papel preponderante neste crescimento, mesmo com receios, abriram portas no sentido de recuperar todos os meses de confinamento a que estivemos sujeitos, recebendo de uma forma exemplar os turistas que nos visitaram. Por outro lado, esta postura permitiu ainda a criação de mais postos de trabalho, mesmo que por um período reduzido. Apesar deste enorme volume de pessoas que visitaram e passaram férias no nosso território, é de nos congratular, certamente por todas as medidas de higiene e prevenção tomadas por todos nós, pelo reduzido número de casos positivos de Covid-19 que registamos.*-----

----- Também de referir, que à semelhança do que aconteceu no ano anterior, a abertura das Termas resultou de uma grande luta por parte do Município e naturalmente do seu concessionário, contribuindo ambos para que esta mais-valia, como motor da dinâmica empresarial do Gerês, estivesse em pleno funcionamento a partir de meados de julho.-----

----- E, estando nós muito atentos a todos os esforços e movimentações do nosso executivo municipal, não posso deixar de mencionar o grande cuidado que o executivo municipal tem com o aspeto geral do nosso concelho, tendo demonstrado muito brio quer nas obras que estão a ser executadas, quer no aumento dos espaços verdes e no embelezamento dos já existentes. Fica e leva toda a população turística uma imagem de um concelho bem estimado e bem tratado, com paisagens e espaços belíssimos. Com certeza, que para a população cá residente é de grande orgulho ter assim um concelho com um aspeto tão esmerado, apesar dos problemas que ainda existem e aos quais é necessário dar resposta. -----

----- Fazer notar igualmente três grandes prioridades deste executivo, que passam pela limpeza, pelo abastecimento de água e pela recolha dos resíduos sólidos. Verificou-se o reforço efetivo destas três valências, como podem comprovar todos os nossos Presidentes de Junta. Esta preocupação conduziu a um concelho mais ainda mais limpo, com ausência de falhas no fornecimento de água aos munícipes e a uma recolha rigorosa e em tempo útil do lixo produzido. Claro que surgiram alguns casos que escaparam a esta ordem desejada, mas que foram pontuais e insignificantes.-----

----- Parabenizar ainda o protocolo estabelecido entre o Município e a Associação Gerês Viver Turismo (GVT), promovendo ações de sensibilização sobre a adoção de medidas contra a Pandemia direcionadas para os agentes económicos do setor do turismo, que aconteceram no dia 9 de julho tendo como área de abrangência o Parque Nacional e imediações.-----

----- Também foi referida a necessidade da conservação da natureza, orientação e apoio dos turistas, no sentido de se ver o concelho como um destino seguro. As mesmas revelaram-se muito produtivas e enriquecedoras para quem a frequentou.-----

----- Ainda nesta linha de protocolos estabelecidos, felicitar a ideia de permitir aos estabelecimentos que aderiram, as ofertas aos seus clientes para a visita ao Núcleo Museológico de Campo do Gerês e a viagem na embarcação de "Rio Caldo", que foram extremamente reconhecidas pelos turistas que delas usufruíram. O material de proteção individual entregue nos Postos de Turismo aos vários estabelecimentos constituíram também uma ajuda. Portanto, é de realçar o grande investimento deste executivo para promover o setor do turismo.-----

----- Estando já a terminar, resta-me elogiar o setor da educação e, concretamente, a senhora Vereadora Dr.ª Ana Genoveva, pela forma tranquila e serena com que arrancou o ano letivo nas nossas escolas, adotando todas as precauções em relação à situação pandémica que vivenciamos e possibilitando também recursos aos nossos alunos, como os livros de fichas. E, resultante de um esforço acrescido do executivo, também sublinhar aqui o seu papel na reposição de toda a rede de transportes, tal e qual existia antes da Covid-19.-----

Muito obrigada.-----

----- Fim da transcrição e consequente intervenção da senhora Deputada Isménia Loureiro. -----

----- Após estas intervenções, iniciou-se o segundo período de respostas e esclarecimentos por parte do Senhor Presidente da Câmara.-----

----- Sobre a intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga, agradeceu as palavras e sublinhou que a sua função é continuar este trabalho para melhorar o nosso concelho. As obras que estão em andamento e as que estão projectadas são realmente necessárias e para isso se obteve financiamento. Relativamente à estrada da Ermida, o projeto está concluído e com pareceres de várias entidades. A Agência Portuguesa do Ambiente solicitou a correcção do projeto, este já foi reenviado com o pedido de dispensa do projeto de impacto ambiental. Sobre as obras na vila do Gerês e a intervenção do senhor deputado Filipe Pires, o Senhor Presidente revelou que o empreiteiro está com falta de mão-de-obra e isso dificulta a sua conclusão como acontece na Avenida 20 de junho. Já sobre a demolição da obra à entrada da vila, o senhor Presidente da Câmara Municipal explicou o ponto do processo e leu a informação do Chefe de Divisão da DPU relativamente ao projeto aprovado em 2014. Mais ressaltou o Senhor Presidente que o interesse da câmara municipal é que a obra seja concluída, sublinhando que o Vice- Presidente do Município, Dr. Adelino Cunha é excelente nas suas funções e questionando o senhor Deputado Filipe Pires se quer que também chame os responsáveis do anterior Executivo, Dr. Joaquim Cracel e Dr. Luís Teixeira. Ainda sobre a requalificação da estrada da Ermida, o Senhor Presidente disse também que na altura do pedido de autorização para contrair o empréstimo, nem todos votaram a favor. Já sobre o período de verão que agora finda, o Senhor Presidente saudou a afluência e agradeceu a pergunta sobre a Marina de Rio Caldo e ao Dr. Araújo pela obra. Se é certo que temos que melhorar o estacionamento, também é verdade que tudo correu bem com a generalidade dos funcionários. O senhor deputado devia estar a referir-se àqueles funcionários que metem baixa no verão e andam a fazer limpezas em pousadas particulares, para depois no inverno voltarem para a Marina, quando já há pouco trabalho. Ora para solucionar estes problemas, a câmara municipal tem que recorrer a prestação de serviços para assegurar o normal funcionamento da Marina. Isto só acontece, sublinhou, porque há funcionários que só vestem a camisola conforme lhes interessa e metem baixa por tudo e por nada, mas enquanto for presidente desta câmara municipal, nada ficará por fazer, ressaltou também o Senhor Presidente. A Marina de Rio Caldo, continuou, funciona muito bem e todos devem zelar por isso. A verdade é que alguns funcionários não fazem tudo o que querem, como acontecia anteriormente e abusavam, o centro náutico tem, isso sim, que ser apoiado, com medidas e projectos. O Senhor Presidente agradeceu ainda aos trabalhadores da Marina pelo seu serviço durante o verão, dadas as circunstâncias e os casos pontuais.-----

----- Ainda neste período, voltou a pedir a palavra o senhor Deputado Filipe Pires que afirmou

gostar de cumprir com o regimento e que não pretende trazer aqui qualquer confusão sobre a Marina de Rio Caldo. Trata-se de uma importante infraestrutura do concelho e apenas quer o senhor deputado saber se está a funcionar bem. Mais afirmou que não se referiu aos funcionários em particular e nem pretende fazê-lo.-----

---- O senhor Presidente da Câmara Municipal retomou a palavra para agradecer a intervenção da Dr.^a Isménia Loureiro e afirmar a sua preocupação pelo futuro dos trabalhadores, principalmente, na área do Turismo, pois poderão estar a caminho situações de “layoff”, já que nem a todos os empresários terá corrido bem o verão. Certamente existirão situações de desemprego e aí o Governo terá que atuar e ajudar no sentido de promover também a empregabilidade e sustento o ano inteiro. Terminou o Senhor Presidente este período com a chamada de atenção realizada na comunicação social nacional de que a água em Terras de Bouro é segunda mais barata do país.-----

----- Seguiu-se o período destinado à intervenção do público. Entre os presentes ninguém solicitou o uso da palavra. ----- Teve início depois o período da Ordem de Trabalhos, onde constavam os seguintes pontos: -----

- 1. Apreciação da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos definidos na alínea c) do número dois, do artigo vinte e cinco, do Decreto - Lei número setenta e cinco de dois mil e treze de doze de Setembro;-----**
- 2. Análise e votação da terceira Revisão aos Documentos Previsionais para o ano de dois mil e vinte;-----**
- 3. Manutenção na esfera do município, das competências referidas no número um, do artigo segundo, do decreto-lei cinquenta e sete de dois mil e dezanove-----**
- 4. Voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Maria Pereira Silva;-----**
- 5. Voto de pesar pelo falecimento do Senhor António de Brito Martins;-----**
- 6. Voto de pesar pelo falecimento do Senhor Dr. Agostinho Dias de Moura.-----**

---- Neste período inicial da ordem do dia, o senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o primeiro ponto da ordem de trabalhos e o senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou o valor da receita cobrada em operações orçamentais até ao dia dezoito de setembro que era de cento e cinquenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e três euros e vinte e oito cêntimos e sobre o valor da despesa, também em operações orçamentais, o valor era de sete milhões, seiscentos e quarenta e dois mil, duzentos e quarenta e nove euros e trinta e nove cêntimos. Continuando, o senhor Presidente da Câmara Municipal destacou e apresentou depois os seguintes temas: o cancelamento devido à pandemia das festas concelhias e outros eventos, a aprovação e criação do Centro Municipal de Proteção Civil de Terras de Bouro; a atribuição da “Bolsa de Estudo” para apoio à frequência no ensino superior a jovens do concelho, um investimento de sessenta e dois mil, quinhentos e vinte e cinco euros; as intervenções, no sentido de limpar, renovar e melhorar a Rede de Trilhos “na Senda de Miguel Torga”; o lançamento, durante o estado de emergência, de uma Rede de Transporte Público de Passageiros, serviço que funcionou de forma gratuita junto das populações; a sinalização das

várias vias concelhias de acesso à Basílica de S. Bento da Porta Aberta que irão conectar-se aos troços sinalizados pelos concelhos vizinhos; a presença do Ministro do Ambiente e da Ação Climática, João Pedro Matos Fernandes e da Secretária Geral do Ambiente, Alexandra Carvalho para a apresentação dos novos investimentos e reforço de meios humanos no Parque Nacional Peneda-Gerês; o projeto GERÊS SEGURO 2020 que visa a implementação de medidas de sensibilização junto dos operadores turísticos concelhios e dos próprios turistas; a comparticipação, na íntegra, das Fichas de Trabalho complementares aos manuais escolares, adotados pelo Agrupamento de Escolas, a todos os alunos que se encontrem a frequentar o 1º ciclo do ensino básico; a presença do Secretário de Estado da Saúde, Dr. António Lacerda Sales, no dia vinte e sete de agosto, sendo recebido na vila do Gerês, onde efetuou uma visita ao complexo termal; a próxima fase de candidaturas ao Programa Porta 65 Jovem; através de uma parceria com a instituição bancária Caixa de Crédito Agrícola, o Município de Terras de Bouro encetou esforços para que fosse instalada uma caixa multibanco na localidade do Campo do Gerês e o funcionamento em breve da Escola de Música de Terras de Bouro, entre outros.-----

----- Nesta fase da reunião e aberto posteriormente o período de inscrições para comentar e ou avaliar este ponto da ordem de trabalhos, ninguém solicitou a palavra.-- ----- Continuando a sessão, o senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o segundo ponto da ordem de trabalhos e o senhor Presidente da Câmara Municipal apresentou e explicou o protocolo com o Fundo Ambiental e consequente reforço da verba, de cerca de cento e vinte e cinco mil euros que origina esta revisão ao orçamento.-----

----- Aberto posteriormente o período de inscrições para comentar e ou avaliar este segundo ponto da ordem de trabalhos, ninguém usou da palavra, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-----

----- A sessão prosseguiu com o senhor Presidente da Assembleia Municipal a introduzir o terceiro ponto da ordem de trabalhos, "Manutenção na esfera do município, das competências referidas no número um, do artigo segundo, do decreto-lei cinquenta e sete de dois mil e dezanove". -----

----- No decorrer do atrás exposto, o senhor Presidente da Câmara Municipal interveio logo depois para explicar a proposta em causa que mantém no seu âmbito de intervenção as competências referidas no número um do artigo segundo do decreto-lei número cinquenta e sete de dois mil e dezanove de trinta de abril por considerar que se revela indispensável a sua gestão à escala municipal, assumindo essa gestão uma natureza estruturante e para a execução de missões de interesse geral e comum a todo o concelho, sem prejuízo das delegações constantes dos contratos interadministrativos celebrados.-----

----- Sobre este ponto e aberto o período de inscrições, solicitou a palavra o senhor deputado Vítor Fernandes que depois dos cumprimentos iniciais dirigidos a todos os presentes dirigiu à

Mesa um pedido de esclarecimento em função das declarações do Presidente da Câmara Municipal sobre as eleições na CCDRN. Com efeito, trata-se de um momento histórico o que vamos viver em breve e que poderá vir a ser o embrião da regionalização e os autarcas, se assim o entenderem ou não concordarem, podem apresentar outras candidaturas, como fizeram no Alentejo. Relativamente às declarações do Presidente da Câmara Municipal sobre a Praia do Alqueirão não lhe ficam bem, pois foi indelicado com os investidores e empresários do Turismo. Prosseguindo a sua intervenção, o senhor deputado Vítor Fernandes fez alusão a uma proposta que o Partido Socialista teria já apresentado em dois mil e dois sobre a descentralização de competências a transferir para as juntas de freguesia e de como foi recusada na altura. Na verdade, sublinhou, em Terras de Bouro há esta tradição de centralização do poder no Presidente da Câmara Municipal, o que não é positivo. Mais afirmou o senhor deputado que a descentralização é fundamental para o Partido Socialista e as juntas de freguesia que tenham condições para tal devem ser mais apoiadas para ter mais independência, justificando assim o senhor deputado aquele que será o sentido de voto da bancada socialista nesta assembleia municipal.----- Logo a seguir, o senhor Presidente da Câmara Municipal retomou a palavra para responder ao senhor deputado Vítor Fernandes e sobre o processo eleitoral da CCDRN reafirma e reitera tudo o que disse anteriormente com fundamento, este não seria o caminho, mas é a situação atual. Já relativamente à Praia do Alqueirão, a verdade é que o processo tratado pela APA não tem decorrido da melhor maneira, pois há licenças emitidas e retiradas e foi nesse sentido a expressão utilizada na anterior declaração. Ainda sobre a proposta de transferência de competências para as freguesias, a verdade é que enquanto Partido Socialista esteve no poder, não voltou a apresentar a proposta que o senhor deputado referiu e na conjuntura atual, o Presidente da Câmara Municipal reuniu com todos os presidentes de junta para resolver este assunto. O que o Partido Socialista devia fazer era apresentar na Assembleia da República uma proposta para que cada junta em vez de receber, em média, vinte e dois mil euros, recebesse duzentos e vinte e dois mil euros, sublinhou e concluiu o Senhor Presidente. -----

----- Colocado logo depois à votação o terceiro ponto da ordem de trabalhos, “ Proposta de Manutenção na esfera do município, das competências referidas no número um, do artigo segundo, do decreto-lei cinquenta e sete de dois mil e dezanove”, o mesmo foi aprovado por maioria, com quatro abstenções do Partido Socialista.-----

----- Prosseguindo a sessão, o senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o quarto ponto da ordem de trabalhos, “Voto de pesar pelo falecimento do Senhor José Maria Pereira Silva” que foi lido pelo Primeiro Secretário da Assembleia Municipal; senhor José Carlos da Rocha Dias -----

----- Sobre o mesmo pediram a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga e os senhores deputados Filipe Mota Pires e Alexandre Pereira.-----

----- Iniciou então a sua intervenção o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga referindo que o senhor José Maria Pereira Silva foi um homem fundamental nesta

freguesia e na junta de freguesia, desempenhando papéis fundamentais nos baldios, na construção do lar e da creche do Gerês.-----

----- A intervenção seguinte pertenceu ao senhor Deputado Filipe Pires que sob a forma de declaração de voto afirmou que se ia abster por razões pessoais neste quarto ponto, recordando processos alusivos à pessoa em causa e não concordar com este voto de pesar, nem entender que o mesmo seja apresentado pelo Executivo. Com efeito, concluiu o senhor deputado, conhecia muito bem a pessoa em questão e nunca concordou com a forma como esta lidou com as instituições por onde passou.----- Posteriormente e ainda sobre este ponto interveio o senhor Alexandre Pereira para referir alguns episódios menos abonatórios sobre a pessoa em questão, justificando assim a sua opção, por questões pessoais, de votar contra este voto de pesar.-----

----- Logo depois, o quarto ponto foi aprovado por maioria, com um voto contra e uma abstenção;-----

----- Continuando a sessão, o senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o quinto ponto da ordem de trabalhos, "Voto de pesar pelo falecimento do Senhor António de Brito Martins que foi lido pelo Segundo Secretário da Assembleia Municipal, senhor Nuno Roupar. ---

----- Sobre o mesmo não se registaram intervenções e o mesmo foi imediatamente colocado à votação e aprovado por unanimidade.-----

Por último, no que à ordem de trabalhos diz respeito, o senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu e leu o ultimo ponto" Voto de pesar pelo falecimento do Senhor Dr. Agostinho Dias de Moura". -----

Sobre este ponto intervieram os senhores deputados Alexandre Pereira, Vítor Fernandes e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga.-----

----- Assim sendo, o senhor Alexandre Pereira referindo-se ao senhor Doutor Agostinho Moura considerou que este fez muito pelo Gerês, nomeadamente, no processo da elevação a vila da localidade, ainda que tenha sido a CDU em sede da Assembleia da República a primeira força política a colocar o assunto. De tudo o que fez o Dr. Agostinho Moura pelo Gerês, continuou o senhor deputado, só não entende como conseguiu convencer o anterior presidente de câmara, Dr. Joaquim Cracel, a dar a este auditório o nome do Prof. Emídio Ribeiro, alguém que não era de cá e para além de só nos visitar em época termal, nunca fez nada pelo Gerês.-----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar da Veiga assumiu seguidamente a palavra para dizer que o Dr. Agostinho Moura foi o "pai da Vila do Gerês", tendo travado uma luta muito difícil e como conseguiu colocar o nome do Gerês no seu jornal. Terminou manifestando a sua admiração pelo trabalho desenvolvido pelo Dr. Agostinho Moura. -----

----- A seguir interveio o senhor deputado Vítor Fernandes para elogiar esta homenagem ao Dr. Agostinho Moura, referindo vários símbolos da sua vida e de como era um comunicador

nato, contribuindo para que a informação chegasse a muitos em Terras de Bouro, numa época em que não existiam os meios digitais de hoje. O Dr. Agostinho Moura era um símbolo do Gerês e de Terras de Bouro e, sem dúvida, que ficamos mais pobres com sua partida, sublinhou e concluiu o senhor deputado Vítor Fernandes.-----

----- Ainda sobre este assunto, o senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra não só para referir que o Dr. Agostinho Moura foi um terrabourense de firmes convicções e que construiu com o seu conhecimento e ação para o engrandecimento de Terras de Bouro, merecendo assim a nossa gratidão e reconhecimento, mas também para comunicar que, em breve, neste edifício irá existir um espaço de memória alusivo ao jornal "Geresão".-----

----- Colocado logo depois à votação, o sexto ponto foi aprovado por unanimidade.-----
Dos mesmos votos se consignou seguidamente o respectivo minuto de silêncio por todos os presentes como forma de homenagear a memória dos falecidos.-----

----- Por último, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal relembrou novamente o processo eleitoral para a presidência e vice – presidência da CCDRN que irá decorrer a treze de outubro, esclarecendo que os eleitos efetivos do município irão receber a comunicação devida para o referido processo.-----

----- Sendo vinte e três horas e trinta minutos nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida, discutida e aprovada, vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e por mim que a secretariei. -----

O Presidente da Assembleia Municipal



O Secretário da Assembleia Municipal



